

LUAN VINICIUS BERNARDELLI
(ORGANIZADOR)

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho

2

LUAN VINICIUS BERNARDELLI
(ORGANIZADOR)

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho

2



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Economia: mercado e relações de trabalho 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Luan Vinicius Bernadelli

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E19 Economia: mercado e relações de trabalho 2 / Organizador Luan Vinicius Bernadelli. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0302-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.029220607>

1. Economia. I. Bernadelli, Luan Vinicius (Organizador).

II. Título.

CDD 330

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A segunda coleção do livro “Organização Economia: Mercado e relações de trabalho 2” é composto de diversos capítulos, tendo como objetivo principal o debate científico. Após a primeira edição da coleção apresentar diversos artigos interessantes para o debate do mercado de trabalho, o segundo volume também abordará de forma categorizada e interdisciplinar trabalhos, pesquisas, relatos de casos revisões e ensaios empíricos que transitam nos vários caminhos das organizações e da economia.

O objetivo principal da obra é apresentar de forma categorizada e clara estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do país. Em todos esses trabalhos, a linha geral foi o estudo de aspectos empresariais ligados ao debate do mercado de trabalho.

Vários temas importantes são, deste modo, debatidos nesta obra com a proposta de fundamentar o conhecimento, contribuindo a todos aqueles que de alguma forma se interessam pelo estudo do mercado de trabalho. São trabalhos que se empenham em mostrar o papel do Marketing no mercado de trabalho, assim como trabalhos que abordam a economia solidária, formação de redes e do associativismo. Há ainda uma discussão sobre o trabalho infantil. Todos trabalhos que enfatizam o mercado e as relações de trabalho.

Dessa forma, a organização deste livro não está pautada sob um tema único, dado a diversidade de tópicos e métodos que são apresentados. Neste livro, o leitor poderá contemplar 5 capítulos que debatem o mercado e as relações de trabalho.





A existência do segundo volume de uma obra que debata o comportamento do mercado de trabalho e o perfil empresarial das organizações é essencial no atual contexto econômico e financeiro, onde há uma intensa modificação no perfil tanto das empresas, quanto dos profissionais. Tratam-se de temas atuais e de interesse direto da sociedade.

Deste modo a obra “Organização Economia: Mercado e relações de trabalho 2” possui trabalhos fundamentados nos resultados práticos obtidos pelos diversos professores e acadêmicos que arduamente desenvolveram seus trabalhos que aqui serão apresentados de maneira concisa e didática.

Dado a importância da divulgação científica, a Atena Editora, em mais uma obra, auxilia na construção do conhecimento, auxiliando toda a comunidade científica na divulgação de seus resultados.

Luan Vinicius Bernardelli

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ANÁLISE COMPARATIVA DAS ESTRATÉGIAS DE <i>MARKETING MIX</i> ADOTADAS EM TRÊS MERCADOS DE PROXIMIDADE AGROECOLÓGICOS	
Heliene Macedo de Araújo Marta Cristina Marjotta-Maistro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0292206071	
CAPÍTULO 2	23
DINÂMICA DA POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: OBSTÁCULOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BASEADA NO TRABALHO AUTOGESTIONÁRIO	
Naira Luan Sousa e Silva Maria do Rosário de Fátima e Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0292206072	
CAPÍTULO 3	36
EL TRABAJO INFANTIL EN EL ESTADO DE HIDALGO, 2009 Y 2019	
Elías Gaona Rivera Jozelín María Soto Alarcón	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0292206073	
CAPÍTULO 4	52
LÍNEA EMPRENDIMIENTO E IMPULSO EN EL DESARROLLO DE NEGOCIOS: FACTORES DE ÉXITO DE LAS EMPRESAS FAMILIARES PANADERAS DE DOLORES HIDALGO, C.I.N., GTO	
Ma. Beatriz Rangel Terán Beatriz del Ángel Saldaña	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0292206074	
CAPÍTULO 5	59
REDES, ASSOCIATIVISMO, CULTURA EMPRESARIAL E COMPETITIVIDADE EM UMA SOCIEDADE GLOBALIZADA	
Amilcar Baiardi Ruthy Nadia Laniado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0292206075	
SOBRE O ORGANIZADOR	75
ÍNDICE REMISSIVO	76

DINÂMICA DA POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: OBSTÁCULOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BASEADA NO TRABALHO AUTOGESTIONÁRIO

Data de aceite: 04/07/2022

Naira Luan Sousa e Silva

Mestra em Sociologia (UFPI)
Universidade Federal do Piauí
Teresina, Piauí
<http://lattes.cnpq.br/9366949523082239>

Maria do Rosário de Fátima e Silva

Doutora em Serviço Social (PUC-SP)
Universidade Federal do Piauí
Teresina, Piauí
<http://lattes.cnpq.br/4414372573983828>

RESUMO: O presente estudo, orientado por pesquisa bibliográfica e documental, analisa os fatores que interferiram na dinâmica da política pública de Economia Solidária no Brasil, culminando em sua crescente desarticulação, a nível de governo federal, enquanto estratégia de desenvolvimento econômico. A análise está estruturada em dois tópicos, o primeiro que aborda a articulação entre atores não governamentais e governamentais nas plenárias e conferências nacionais de Economia Solidária com o intuito de inserir esta temática na agenda formal do governo federal; e, o segundo que demonstra empiricamente como se deu a trajetória da execução orçamentária da política de Economia solidária entre os anos 2003 até 2019. Os achados deste estudo indicam que a política pública de Economia Solidária implementada pelo governo federal após desconstituição da SENAES está direcionada à estratégia de focalização, destinando-se exclusivamente aos

grupos de trabalhadores com menores chances de inserção do mercado formal de trabalho, afastando-se da finalidade ao qual foi concebida em seu momento de inserção na agenda formal do governo brasileiro, em 2003.

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública de Economia Solidária. Trabalho autogestionário. Implementação de políticas públicas.

ABSTRACT: The present study, guided by bibliographical and documentary research, analyzes the factors that interfered in the dynamics of the Solidarity Economy public policy in Brazil, culminating in its growing disarticulation, at the federal government level, as an economic development strategy. The analysis is structured in two topics, the first one that addresses the articulation between non-governmental and governmental actors in the plenary and national conferences of Solidarity Economy with the intention of inserting this theme in the formal agenda of the federal government; and, the second that empirically demonstrates how the budget execution trajectory of the Solidarity Economy policy took place between the years 2003 to 2019. The findings of this indicate that the Solidarity Economy public policy implemented by the federal government after the deconstitution of SENAES is directed to the strategy of targeting, aimed exclusively at groups of workers with lower chances of entering the formal labor market, moving away from the purpose for which it was conceived at the time of its insertion in the formal agenda of the Brazilian government, in 2003.

KEYWORDS: Public Policy on Solidarity Economy. Self-managed work. Implementation of

public policies.

1 | INTRODUÇÃO

O caminho de institucionalização da Economia Solidária enquanto política pública devidamente estruturada para a geração de trabalho e renda no Brasil no governo do Partido dos Trabalhadores (PT) foi longo e marcado por desafios de ordem discursiva ideológica que ampliava, e levava para o cerne do aparelho do Estado, o objetivo da Economia Solidária, elevando-o de política de inclusão produtiva alternativa para o de política estratégica de desenvolvimento econômico, justificada, segundo Silva, Morais e Santos (2020), pela transversalidade desta política a outras temáticas associadas ao desenvolvimento local e sustentável.

A penetração da Economia Solidária no arranjo institucional legal de políticas públicas no nível federal se dá ainda na primeira gestão do governo Lula, a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2003, e num frutífero diálogo direto com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), principal espaço de articulação dos atores coletivos apoiadores das práticas autogestionárias.

O presente estudo, orientado por pesquisa bibliográfica e documental, analisa os fatores que interferiram na dinâmica da política pública de Economia Solidária no Brasil, culminando em sua crescente desarticulação, a nível de governo federal, enquanto estratégia de desenvolvimento econômico. A análise está estruturada em dois tópicos, o primeiro que aborda a articulação entre atores não governamentais e governamentais nas plenárias e conferências nacionais de Economia Solidária com o intuito de inserir esta temática na agenda formal do governo federal; e, o segundo que demonstra empiricamente como se deu a trajetória da execução orçamentária da política de Economia solidária entre os anos 2003 até 2019.

2 | A EMERGÊNCIA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA GOVERNAMENTAL – DAS PLENÁRIAS NACIONAIS À CRIAÇÃO DA SENAES

Uma acentuada articulação política de atores não governamentais que precedeu a institucionalização da economia solidária enquanto política pública destinada à geração de trabalho e renda. Estes atores não governamentais, apesar de pertencerem a grupos diversos da sociedade civil, estavam alinhados à bandeira da “globalização alternativa” que encontrou no Fórum Social Mundial, seu mais importante espaço de debate no mundo.

A política pública de economia solidária nasce de uma demanda de um conjunto amplo de instâncias da sociedade civil atuantes no cenário nacional e internacional, articulado no Grupo de Trabalho “Economia Popular Solidária e Autogestão” durante

realização do I Fórum Social Mundial no ano de 2001, embora, houvesse uma aproximação prévia do Partido dos Trabalhadores (PT) com a temática da economia solidária. Neste momento de diálogo, surgem as proposições para realização das plenárias nacionais de economia solidária e na culminância da Primeira Plenária de Economia Solidária no Brasil, entre os dias 9 e 10 de dezembro de 2002, da qual o principal produto foi uma Carta ao Governo Lula, vencedor do pleito eleitoral para a Presidência da República, intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento” que apresentava as diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Na Segunda e Terceira Plenárias de Economia Solidária, realizadas respectivamente em janeiro e junho de 2003, importantes decisões foram tomadas no sentido da criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e das estratégias de mobilização nacional por meio dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária.

Em junho/2003 foi realizada a III Plenária Brasileira de Economia Solidária. Contou com processo preparatório de mobilização em 17 estados e teve a participação de 900 pessoas de diversas partes do país. Foi neste evento que foi criada, de forma definitiva, a denominação Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi constituída pouco antes da ocasião. O FBES saiu da III Plenária com a incumbência de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país, em torno da Carta de Princípios e da Plataforma de Lutas, aprovadas na oportunidade. Além de se definir a composição e funcionamento do FBES, foi iniciado o processo de interlocução do FBES com a SENAES com o compromisso de promover um intercâmbio qualificado de interesses econômicos, sociais e políticos, em uma perspectiva de superar práticas tradicionais de dependência, que tanto têm comprometido a autonomia necessária ao desenvolvimento das organizações sociais. O evento também desencadeou a criação dos fóruns estaduais e regionais que puderam garantir, por sua vez, a realização do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária no ano seguinte (FBES, 2020).

Toda esta crescente força mobilizadora e articuladora dos atores sociais congregados nas organizações de apoio à economia solidária fez com que se concretizasse mais dois importantes eventos: os Encontros de empreendimentos da Economia Solidária e as Conferências de Economia Solidária, de onde emergiram propostas para políticas públicas para a Economia Solidária.

Na verdade, é possível reconhecer que a relação entre SENAES e FBES, no momento das suas respectivas estruturações iniciais, era de certa forma “umbilical”, ou seja, evocava um vínculo de ligação (filiação) acentuada, à medida que compunham o corpo técnico da primeira justamente as pessoas indicadas pelo segundo. Além disso, a SENAES reconhecia a necessidade de financiar as principais estratégias de ação do FBES, o que pode ser comprovado pela seguinte declaração de Singer (2004, p.4), quando ocupava o cargo de secretário nacional de economia solidária: “a SENAES entende que sua missão é

difundir e fomentar a economia solidária em todo o Brasil, dando apoio político e material às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)”.

Para alguns teóricos, incluindo Singer (2017) e Coraggio (2018), a política pública de economia solidária vem alcançando espaço na agenda pública intervencionista do Estado por causa da comprovada impossibilidade de geração de postos de trabalho assalariados suficientes. Nesse sentido, a política pública de Economia Solidária adotada pelos governos populares na América Latina assume como principal objetivo a integração social ao mercado de trabalho, o que resulta na aplicação de uma política verticalizada. Sendo assim, ainda que a institucionalização da economia solidária pelos governos populares latinos tenha limitado o espaço de construção de sujeitos sociais articulados, impossibilitando o desenvolvimento de projetos políticos verdadeiramente emancipatórios, dada à autonomia relativa das organizações populares, as políticas públicas de economia solidária melhoraram as condições de vida dos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal.

O quadro sociopolítico mais amplo da América Latina ajuda a compreender o momento em que o governo brasileiro absorve a Economia Solidária no conjunto das políticas de trabalho e renda, mediante acentuada interlocução com as demandas do movimento de economia solidária propiciada pela relativa abertura política à sociedade civil organizada implementada no primeiro mandato do Presidente Lula, em 2003. Santos e Carneiro (2016), assim analisam:

De fato, desde o início do governo Lula, criaram-se diversos conselhos nacionais de participação da sociedade na gestão da política e outros existentes foram fortalecidos. Também foram realizadas dezenas de conferências nacionais—espaço de interlocução entre Estado e sociedade—em grande número de setores de política pública. Da mesma forma, o aumento na presença de militantes sindicais e de movimentos sociais dentro da estrutura do Estado (PAULA, 2007) ampliou o acesso formal e informal ao Estado e aumentou as chances de sucesso dos movimentos, com impactos institucionais e legais importantes (SANTOS; CARNEIRO, 2016, p. 125).

Como exemplo de canal de acesso formal da sociedade civil organizada ao Estado para a construção das políticas públicas de economia solidária, durante o primeiro e o segundo mandatos do presidente Lula, referentes aos períodos de 2003-2007 e 2008-2011 e o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, correspondendo ao período de 2012-2015, estão as Conferências Nacionais de Economia Solidária (Conaes), a primeira realizada em 2006, a segunda em 2010 e a terceira em 2014.

As Conferências Nacionais de Economia Solidária foram organizadas pelo Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), elemento central para a estratégia de institucionalização da temática da economia solidária na agenda governamental e para a promoção da participação social e do diálogo direto com a sociedade. No contexto de descentralização e participação social foi instituído o CNES, órgão colegiado de caráter

consultivo e propositivo, integrante da estrutura do MTE, que tem como um de seus objetivos estabelecer diretrizes para a política de economia solidária, bem como propor medidas de aperfeiçoamento tanto para a legislação quanto para as atividades e propostas do MTE ligadas à área (ALENCAR; SILVA, 2013).

Numa análise sobre os desafios do planejamento participativo de políticas públicas de economia solidária, Cunha (2014) destacando a dinâmica das conferências nacionais de economia solidária, aponta que na primeira Conaes com o tema “Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento”, realizada entre 26 e 29 de junho de 2006, os debates ali produzidos se concentraram na afirmação dos fundamentos da economia solidária (suas principais concepções), reforçando as prioridades para políticas públicas e sua institucionalização como política de Estado, via juridicização da Economia Solidária, incorporando-a ao ordenamento jurídico nacional, obrigando o Estado a se responsabilizar pelas garantias e direitos resultantes desta regulação legitimada pelo processo sociopolítico que a concretizou como uma política pública de governo. A discussão girava em torno do lugar institucional da política, se esta deveria ocupar no governo federal um ministério próprio ou permanecer no MTE.

A II Conaes aconteceu no último ano do mandato do presidente Lula, em junho de 2010 e foi precedida por discussões preparatórias nas 27 unidades federativas, envolvendo outras conferências de natureza territorial e temática (foram realizadas 187 conferências territoriais ou regionais em 2.894 municípios brasileiros, com 15.800 participantes de segmentos representativos locais da economia solidária, de caráter livre).

De acordo com Cunha (2014), na II Conaes, o tema “o direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação e na autogestão, reafirmando a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento” e o lema-síntese “Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável” evidenciaram a preocupação central, no fim do segundo governo Lula, de vincular à discussão sobre institucionalização das políticas de economia solidária ao contexto de elaboração de uma lei para institucionalizar a política nacional e criar um Sistema Público de Economia Solidária, tendo em vista que era preciso superar a percepção de que a política de economia solidária dependeria da permanência de partidos de (centro) esquerda no governo federal.

As duas primeiras conferências de economia solidária são reconhecidas como “momentos-síntese no detalhamento da concepção e do conteúdo de uma agenda política nacional, construída a partir de uma mobilização interativa entre atores sociais e estatais” (SILVA; CUNHA; SILVA, 2018, p. 16).

A III Conaes, cujo tema foi “Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para Promover o Direito de Produzir e Viver de Forma Associativa e Sustentável”, de acordo com Silva, Cunha e Silva (2018) deu prosseguimento à trajetória de implementação da economia solidária na agenda governamental por meio do reconhecimento da identidade

da economia solidária e da transversalidade necessária às políticas públicas de economia solidária, da afirmação do Plano Nacional como direito de cidadania e obrigação do Estado.

Com base nos acúmulos da primeira e segunda Conaes, a terceira conferência nacional de economia solidária propõe-se a elaborar um Plano Nacional orientado pelas diretrizes e prioridades definidas nas etapas municipais, territoriais e estaduais, que pudesse ser capaz de criar “o ambiente para um grande pacto nacional em torno do fortalecimento da economia solidária no Brasil” (CNES, 2015, p. 4). O PNES destacava-se por apresentar uma discussão geral de contextualização da economia solidária sistematizado de tal forma que contempla uma análise pormenorizada das principais oportunidades, ameaças, forças e fraquezas da economia solidária no ambiente institucional e político brasileiro. Diante da proeminência dos elementos analisados no documento em questão, sintetizamos no Quadro 1 as principais conclusões sobre o assunto.

As ameaças identificadas no PNES no ano de 2015 retratam com clareza a percepção dos sujeitos acerca dos riscos de descontinuidade da política pública de economia solidária frente ao avanço neoliberal no cenário brasileiro onde permanecem forças políticas conservadoras que não reconhecem a legitimidade das demandas oriundas dos movimentos sociais, negando à economia solidária sua posição como alternativa contra hegemônica ao modelo de acumulação capitalista.

Quanto às oportunidades, destacamos o “momento político” que permitiu a penetração da economia solidária na Agenda governamental, à medida que havia na sociedade civil organizada uma atmosfera de debate acerca da economia solidária propiciado no espaço do I FSM e o reconhecimento da relevância da temática pelos agentes políticos democraticamente escolhidos para governar na esfera federal.

Oportunidades
1) Avanços na implantação de políticas e instrumentos para acesso dos empreendimentos econômicos solidários aos recursos públicos; 2) Ampliação da adesão à economia solidária como estratégia emancipatória, com abertura de diálogos junto a diversos movimentos sociais e culturais; 3) Conquista de alternativas de melhoria da produção sustentável e de sua comercialização, com destaque para a consolidação e ampliação de espaços de comercialização dos produtos e serviços da economia solidária, bem como a inserção de produtos da economia solidária nos processos de compras governamentais.
Ameaças
1) Hegemonia do sistema capitalista que favorece o acúmulo de capital, gerando crescimento econômico sem desenvolvimento social, sendo contrário aos princípios da economia solidária e que limitam a expansão de seus empreendimentos 2) Contexto político marcado ainda pelas políticas neoliberais, com seus aparatos ideológicos conduzidos por forças conservadoras da sociedade que têm poder de repressão, criminalização, cooptação e degeneração das estratégias e alternativas sociais emancipatórias, a exemplo da economia solidária.

Forças
<ol style="list-style-type: none"> 1) Capacidade de constituição dos empreendimentos econômicos solidários e de sua organização em redes e cadeias de produção, comercialização e consumo; 2) A existência de um movimento da economia solidária de base popular que constrói alternativas para uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável; 3) A conquista e a implantação de políticas públicas de economia solidária, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária e de estruturas administrativas e conselhos de gestão da política em âmbito nacional, estadual e municipal 4) A formulação de referenciais teóricos, políticos e pedagógicos que orientam as práticas educativas na economia solidária.
Fraquezas
<ol style="list-style-type: none"> 1) Não dispõe ainda de suficiente força política para criar um ambiente institucional adequado à expansão das suas potencialidades 2) As políticas públicas de economia solidária não são suficientes para atender, em larga escala, as demandas dos empreendimentos econômicos solidários 3) As dificuldades internas da sua organização social e política como movimento social e articulação com os demais movimentos.

Quadro 1: Análise do contexto (oportunidades, ameaças, forças e fraquezas) da economia solidária no Brasil.

Fonte: Autoria própria com base em PNES - 2015/2019.

Além disso, o PNES estabelece diretrizes gerais que devem orientar os sujeitos coletivos no aperfeiçoamento das práticas em economia solidárias numa perspectiva de impacto sistêmico na sociedade. São elas: promoção do desenvolvimento sustentável e solidário; fortalecimento dos processos democráticos, da participação e do controle social; reconhecimento das formas organizativas econômicas solidárias e dos direitos sociais do trabalho associado e abordagem territorial e setorial e reconhecimento da diversidade.

O PNES ainda direciona prioridades temáticas organizadas em quatro eixos de ação, respectivamente: (1) produção, comercialização e consumo; (2) financiamento: crédito e finanças solidárias; (3) educação e autogestão; e (4) ambiente institucional. Em cada um desses eixos de ação estão sistematizados um conjunto amplo de linhas de ação que deverão orientar as variadas frentes de luta e mobilização no campo da economia solidária no Brasil.

Em todos os eixos de prioridades temáticas para implantação e fortalecimento da economia solidária tornou-se indispensável o comprometimento dos governos municipais, estaduais e federal para viabilizar políticas públicas de suporte direto às práticas autogestionárias e de estruturação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS), do Cadastro, Informação e Comércio Justo e Solidário (CADSOL) e de Fundos Rotativos Solidários (FRS).

O sucesso do campo da economia solidária para alcançar sua audaciosa visão de futuro – *status* de estratégia de desenvolvimento econômico, depende de um conjunto amplo, diversificado e dinâmico de ações que exigem engajamento ininterrupto dos atores

que compõem o campo da economia solidária no Brasil. A política pública de economia solidária é, portanto, extremamente sensível a qualquer tipo de “desengajamento” que ponha em risco o equilíbrio necessário para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, principalmente quando resultam num desinvestimento dos recursos financeiros públicos.

3 | TRAJETÓRIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA SENAES E OS REFLEXOS DE PERDA DE RELEVÂNCIA DA POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Os dados orçamentários analisados por Silva (2018) refletem a trajetória de execução orçamentária da SENAES, na qual foram demarcados três momentos distintos da política pública de economia solidária no âmbito federal, definindo-os da seguinte forma: 1) inserção e consolidação através dos Planos Plurianuais (PPAs) 2004 – 2007 e 2008 – 2011; 2) expansão contraditória por meio do PPA 2012 – 2015; e, 3) a crise do paradigma a partir do PPA 2016 – 2019.

Em relação ao primeiro período – inserção e consolidação, Silva (2018) indica que a inserção da temática no PPA 2003 – 2007 se deu através do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (PESD) na SENAES que apesar de possuir orçamento próprio representava menos de 1% do orçamento total do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Outro acontecimento marcante deste período refere-se à elaboração do Mapeamento Nacional de Economia Solidária, concluído em 2007, cujos resultados constituíram a base do Sistema de Informação de Economia Solidária (SIES) que possuía o objetivo de reorientar as políticas da secretaria.

O orçamento total aprovado no PPA 2004- 2007 foi de aproximadamente R\$ 170 milhões e dos projetos inseridos, a ação que concentrou a maior parte dos recursos em termos de dotação orçamentária foi o de Fomento à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária, com 66,5% do orçamento total. Silva (2018) explica que:

Além do orçamento definido em cada exercício, outra questão importante diz respeito a sua execução orçamentária. Até 2009, a média de IEO alcançada foi de 76,5%, com destaque para 2006 e 2007 com índices acima de 90%. Ao longo do período 2008-2011, é perceptível uma inflexão em termos da capacidade de execução. [...] embora os dois primeiros anos tenham indicado um IEO acima de 50%, os dois anos finais mostram uma queda acentuada nesse mesmo indicador – 25,3% e 34,1%, respectivamente (Silva, 2018, p. 20).

O segundo momento (2012 –2015) denominado “expansão contraditória” foi marcado pela indução da intersetorialidade através dos programas temáticos: Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, e o Programa de Resíduos Sólidos. Foram muitas as parcerias celebradas pela SENAES

neste momento, porém, percebeu-se o descompasso na execução orçamentária entre os implementadores dos programas à medida que existe uma deficiência em termos de capacidade burocrática nas esferas federativas subnacionais. Conseqüentemente, apesar do orçamento destinado às políticas de Economia Solidária ter se elevado, a capacidade de execução orçamentária ficou em torno de 20% a 49% das receitas.

Essa baixa capacidade de execução orçamentária pode estar relacionada ao processo de implementação da política pública de Economia Solidária no sentido desta se realizar frequentemente pelo inter-relacionamento entre os três níveis de governo – federal, estadual e municipal, onde o governo federal financia os projetos e os governos estaduais e municipais se responsabilizam pela sua implementação, enfrentando neste processo uma série de obstáculos que dificultam a concretização das ações planejadas.

O terceiro momento da política nacional de Economia Solidária (2016 – 2019) demarcado por Silva (2018) como “crise do paradigma” é marcado pela diminuição da dotação orçamentária (queda de 52,2% em relação ao ano anterior), pelo rebaixamento substancial dos valores efetivamente executados da Política Nacional de Economia Solidária no Brasil no PPA atual (o IEO médio foi de 19,5%, muito em função da porcentagem bastante baixa de execução em 2017, que foi apenas de 9,8%), pela mudança da estrutura institucional (reforma ministerial com conseqüente rebaixamento da secretaria para a condição de subsecretaria) e pela crise operacional e posicional da própria política, levando-a a incertezas até mesmo quanto a sua continuidade na agenda governamental.

A temática da Economia Solidária já estava presente em meados dos anos 1990 no centro do debate sobre alternativas econômicas e de geração de emprego e renda diante do aguçamento da questão social, voltando a ganhar destaque temas que envolviam a organização de trabalhadores em iniciativas cooperativistas e autogestionárias (SILVA, NAGERN, 2011).

Deste modo, a principal evidência aponta que a inserção da Economia Solidária na agenda do Governo Federal, em 2003, a partir da criação da SENAES foi justificada, em grande medida, pelos indicadores referentes ao mercado de trabalho (altos níveis de desemprego e informalidade) numa janela política de oportunidade para onde convergiam o apelo de organizações da sociedade civil, empreendedores das políticas de Economia Solidária e inclinação ideológica do governo eleito.

Um relato do secretário da SENAES à época, ao tempo em que apresentava as principais ações da secretaria, retrata bem a evidência supracitada: “a SENAES foi convidada a fazer parcerias com 22 ministérios em programas comuns de resgate social de populações marginalizadas por meio do fomento de empreendimentos de Economia Solidária” (SINGER, 2009, p.44). Dentre os programas/fundos que apoiavam as iniciativas de Economia Solidária destacavam-se o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Em 2004, a SENAES passou a contar com orçamento próprio, por meio da inserção no PPA de seu Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Silva e Nagern (2011), analisando o orçamento da SENAES concluíram que entre 2004 e 2010, o orçamento da SENAES não chegou nem próximo de 1% do orçamento total do MTE, o que “evidencia o papel marginal em termos de recursos que a Economia Solidária possui no âmbito das políticas do MTE”.

os instrumentos orçamentários da SENAES, além de representarem um volume de recursos muito baixo para a efetivação de um programa nacional de cunho transversal, como almejava ser o PESD, comungam da mesma fragilidade de outras políticas sociais. Seus recursos destinados originariamente pela LOA são reduzidos por meio de cortes ou contingenciamentos ao longo do ano, de acordo o planejamento econômico e fiscal do governo federal. Com isso, a possibilidade de descontinuidade das ações é grande, deixando a política em um estado de instabilidade (SILVA; NAGERN, 2011, p.28).

A respeito desta situação de desmonte inquestionável da política nacional de Economia Solidária, Arcanjo e Oliveira (2017) comentam:

Em 2015, o governo Dilma, pressionado pelas demandas da governabilidade e do ajuste fiscal, garante o Ministério do Trabalho e Emprego ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), além de encaminhar a redução da SENAES a uma subsecretaria. Mas a mudança de rota do governo, imposta pelo golpe parlamentar, também culminou com o afastamento de Singer. A demissão de Singer, feita sem nenhuma consulta às organizações sociais envolvidas, e sua substituição por uma pessoa sem identidade com o movimento da Economia Solidária, feriu o princípio da autogestão, principal fundamento da Economia Solidária. Com o impeachment e o repasse do referido Ministério ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), há fortes sinais do fim de um ciclo de políticas públicas federais de fortalecimento da ES: é nomeado para a SENAES, no lugar de Singer, o servidor, escrivão de polícia aposentado, Natalino Oldakoski, da Polícia Civil do Paraná. Finalmente, em 4 de novembro de 2016, a SENAES foi extinta e foi criada uma subsecretaria de Economia Solidária dentro da Secretaria de Relações do Trabalho, no Ministério do Trabalho (ARCANJO; OLIVEIRA, 2017, p. 243-244).

Tal acontecimento corrobora o que fora assinalado por Behring e Boschetti (2017) a respeito da subsunção das políticas sociais às políticas econômicas, tendo em vista que ao primeiro sinal de crise econômica, a política de Economia Solidária começa a perder já no âmbito institucional seu lugar de destaque no MTE.

A fim de buscar razões empíricas para o sequenciamento de fases da política nacional de Economia Solidária desenvolvida por Silva (2018) podemos nos valer de uma perspectiva mais abrangente em relação ao campo das políticas sociais, na qual Silva (2017), avalia que existia uma contradição profunda na estratégia política adotada pelo governo petista na tentativa de conciliar o irreconciliável – neoliberalismo e inovações democráticas.

Certamente, o PT vem se esforçando em querer defender e até mesmo apregoar, a todo custo, a ideia equivocada da conjunção entre desenvolvimento

econômico e distribuição de riqueza, de aprofundamento da cidadania e ampliação do sistema de proteção social, ou em síntese: da possibilidade de unificação entre os interesses do capital e do trabalho, numa forma de sociabilidade em que as contradições se acirram a cada dia, elevando-se à enésima potência (Silva, 2017, p. 293).

Desta maneira, a política nacional de Economia Solidária começou a desmoronar não apenas como resultado da sua relação de subordinação às políticas de ajuste fiscal, mas, também como consequência das alianças políticas construídas pelo PT para manutenção do partido na presidência da República em meio à crise política que culminou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o movimento de Economia Solidária cujo principal espaço de articulação é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) expresse em sua Carta de Princípios que a Economia Solidária é o “fundamento de uma globalização humanizadora”, “poderoso instrumento de combate à exclusão social”, conclamando as lutas do movimento por um sistema de finanças solidárias, pelo desenvolvimento de cadeias produtivas solidárias e pela construção de uma política da Economia Solidária num Estado democrático; tal projeto parece atualmente comprometido.

Os governos petistas (2004 - 2016) foram, em certa medida, mais permeáveis às demandas do movimento social de Economia Solidária, o que explica a evolução de destinação de recursos públicos para financiamento das ações da SENAES e posteriormente o retrocesso desse investimento à medida que se agrava a crise política que culminou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016.

O consenso é de que o ano de 2019 se iniciou tenebroso para as políticas sociais no Brasil, principalmente àquelas relacionadas ao mundo do trabalho, uma vez que o presidente eleito, Jair Bolsonaro, para o mandato 2019 – 2022, promete cumprir uma agenda pró-capitalista com viés liberal e conservador, ao tempo em que já operacionalizou uma reforma ministerial que extinguiu o MTE, deslocando a subsecretaria de Economia Solidária para o recém-criado Ministério da Cidadania, subtraindo ainda mais de tal política sua faceta revolucionária de inclinação socialista no sentido do que fora assinalado na Carta de Princípios da Economia Solidária (documento formulado em 2003, durante a III Plenária Nacional de Economia Solidária, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária) e reforçando seu viés assistencialista e de política social focalizada.

Há de se reconhecer, contudo, que a política pública de Economia Solidária, no contexto mais amplo de orientação socioeconômica da política neoliberal conservadora, ou do novo totalitarismo, utilizando a expressão de Chauí (2020), está sendo rechaçada no campo das políticas de trabalho e geração de renda pelo governo Bolsonaro, à medida que este recusa a heterogeneidade social e a pluralidade dos modos de vida e também se

alinha à lógica de mercado concorrencial como *ethos* da vida em sociedade.

Os achados deste estudo indicam que a política pública de Economia Solidária implementada pelo governo federal após desconstituição da SENAES está direcionada à estratégia de focalização, destinando-se exclusivamente aos grupos de trabalhadores com menores chances de inserção do mercado formal de trabalho, afastando-se da finalidade ao qual foi concebida em seu momento de inserção na agenda formal do governo brasileiro, em 2003, de estratégia de desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS

ARCANJO, Maria Antonia Silva de; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: avanços e retrocessos. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 13, 2017. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/127>

ALENCAR, Joana Luiza Oliveira; SILVA, Sandro Pereira. Participação social em políticas públicas de economia solidária: o que dizem os membros do Conselho Nacional de Economia Solidária?. 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3852>

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. Cortez editora, 2017.

CHAUI, Marilena. O totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e irrupción**, v. 10, n. 18, p. 307-328, 2020. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/anacronismo/article/view/5434>

CORAGGIO, José Luis. Potenciar la Economía Popular Solidaria: una respuesta al neoliberalismo. **Otra Economía**, v. 11, n. 20, p. 4-18, 2018. Disponível em: <https://www.revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14771/9360>

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. Outras políticas para outras economias: contextos e redes na construção das ações do governo federal voltadas à economia solidária (2003-2010). 2012. 472p. **Tese** (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

FBES. **Situação das Políticas Estaduais de Economia Solidária**. 2016. Disponível em: <http://fbes.org.br/download/relatorio-final-planos-estaduais-ecosol-dez-2016/#>.

SILVA, Sandro Pereira. **A Política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma**. 2018. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8929/1/td_2434.pdf.

SILVA, Sandro Pereira; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; SILVA, Regilane Fernandes da. **Mobilização social e deliberação participativa na formação da agenda governamental: uma análise processual das Conferências Nacionais de Economia Solidária**. Texto para Discussão, 2018. Disponível em: https://www.econstor.eu/bitstream/10419/177576/1/td_2360.pdf

SILVA, Sandro Pereira; MORAIS, Leandro Pereira; SANTOS, Dayvid Souza. Repertório programático e resiliência das políticas subnacionais de economia solidária no Brasil: síntese de experiências estaduais e municipais. 2020. **IPEA**. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10424>

SILVA, Sandro Pereira; NAGERN, Fernanda Abreu. **A economia solidária na agenda das políticas públicas nacionais: Uma análise do programa economia solidária em desenvolvimento**. Texto para Discussão, 2011. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/91046>

SINGER, Paul. Propagação mundial da economia solidária. In: **A Economia Solidária e os desafios globais do trabalho**. SOUZA, A.R; ZANIN, M. (Orgs.). São Carlos: EduFSCar, 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura orgânica 1, 17, 18, 21
Agroecologia 1, 2, 3, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 20, 21

C

Capital humano 36, 37, 38, 39, 40, 66, 67
Cultura regional 59

D

Desemprego 31
Desenvolvimento sustentável 29

E

Economia 1, 5, 12, 13, 14, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 73, 74, 75
Economia regional 59, 75
Economia solidária 1, 5, 12, 13, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35
Educação 14, 29
Empresas familiares 52, 53, 54, 55, 56, 58
Empresas panaderas 52, 54
Eslavitud 41
Estratégias de marketing 1, 2, 3, 20, 21
Éxito 52, 53, 54, 55, 57, 58

F

Factores 52, 54, 55, 58
Feiras 1, 2, 10, 11, 12, 14, 18
Formas de trabajo 39, 41

H

Hidalgo 36, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 54

I

Implementação 23, 27, 31, 63

M

Marketing 1, 2, 3, 6, 7, 12, 20, 21, 22

Mercado de trabalho 26, 31, 72
Mercados de proximidade 1, 2, 3
Mix de marketing 3
Modelo 28, 60, 63, 68, 69, 72

P

Pequenas empresas 53, 54
Pobreza 36, 37, 38, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 50
Política pública 23, 24
Políticas públicas 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 34, 35, 41, 63
Pós-pandemia 72

R

Redes 2, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 29, 34, 59, 60, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

S

Sociedade globalizada 59

T

Trabajo infantil 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50
Trabalho autogestionário 23

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho

2



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho

2